

Turismo em Unidades de Conservação: adaptação do método *visitor activity management process (VAMP)* para a caracterização do uso público e o manejo de visitantes no Parque Estadual da Ilha do Mel (PR)

*Tourism in Units of Conservation: adaptation of visitor
activity management process (VAMP), method to
characterize public use and handling of the visitors
in the state Park of the Ilha do Mel (PR)*

Oswaldo Dias dos Santos Junior¹
Paulo dos Santos Pires²

RESUMO: Dentre as diversas opções metodológicas disponíveis para a gestão dos impactos e manejo da visitação em unidades de conservação tem-se o *Visitor Activity Management Process* – VAMP, de origem canadense. O método foi adaptado e aplicado ao Parque Estadual da Ilha do Mel (PEIM), no litoral do estado do Paraná, para estudar o seu uso público. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo central

¹ Bacharel em Turismo, M. Sc (Univali-SC). Professor do Centro Universitário Curitiba. Endereço: Rua Dom Pedro I, 80, apto. 602-a, Água Verde, Curitiba, PR, Brasil. CEP: 80620-130. E-mail: oswaldodiasjr@yahoo.com.br

² Engenheiro Florestal, Dr. (USP-SP). Professor e Pesquisador da Universidade do Vale do Itajaí – Univali (Orientador da dissertação que deu origem ao trabalho). Endereço: Universidade do Vale do Itajaí, Campus Balneário Camboriú, 5ª Avenida, s/nº, CEBC – bl. 7, sala 205, Bairro dos Municípios, Balneário Camboriú, SC, Brasil. CEP 88337-300. Caixa-Postal 201. E-mail: pires@univali.br

expor a adoção do VAMP e de que maneira este foi adaptado e aplicado às condições do PEIM. Como resultados são apresentados o mecanismo dessa aplicação, as informações geradas e as proposições para subsidiar o manejo do uso público do parque, considerando que o VAMP — dentre os métodos de gestão dos impactos e manejo do uso público em áreas protegidas — é o que possui mais afinidade com os estudos de perfil, de comportamento e de percepção públicas em destinos naturais do turismo.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo em áreas naturais. Áreas protegidas. Uso público. Método VAMP. Parque Estadual da Ilha do Mel.

ABSTRACT: Among several methodological options available to the management of the impacts and handling of the visiting in the conservation units we have the Canadian Visitor Activity Management Process (VAMP). The method was adapted and applied to the State Park of Ilha do Mel (PEIM) in the coastline of the State of Paraná to study its use by the public. In this context, these works have the central objective to expose the adoption of the VAMP and how it was adapted and applied to the conditions of the PEIM. The mechanism of this application, the generated information and the propositions to subsidize the handling of the public use of the Park, are presented as the results. Also considering that the VAMP, among the management of the impacts and handling of the public use methods in protected areas, presents more affinity with the profile studies, as well as the behavior and public perception in natural tourism destinations.

KEY WORDS: Tourism in Natural Areas. Protect Areas. Public use. VAMP Method. The State Park of Ilha do Mel.

Introdução

O desenvolvimento do turismo em áreas naturais tem aumentado nos últimos anos, em especial a partir da década de 1980, com o aumento da preocupação com relação às questões ambientais. Nos anos de 1980, o termo “desenvolvimento sustentável” começou a ser utilizado em várias pesquisas, artigos e relatos que alertavam para o crescimento da população mundial e para a conseqüente escassez dos recursos naturais não renováveis (SWARBROOKE, 2000). Sua relação com o turismo está atrelada a uma forma de lazer mais harmoniosa, valorizando a cultura das comunidades locais e o respeito ao meio natural. Assim, caracterizou-se o turismo sustentável, que é uma

forma mais branda e tranqüila da atividade turística, com viagens individuais ou em pequenos grupos, relacionadas com a natureza (RUSCHMANN, 2000). Dessa forma, pode-se destacar que, dentre as possibilidades existentes, o ecoturismo possa ser considerado a modalidade mais próxima dos interesses do desenvolvimento sustentável.

Para a Organização Mundial de Turismo (2003), o conceito de ecoturismo deve incorporar a preocupação com a conservação do meio ambiente e com a diversidade biológica, dando destaque para as ações de educação ambiental junto dos turistas.

A partir desse conceito de ecoturismo, as atividades turísticas que utilizam áreas naturais deveriam incluir ações que possibilitem a educação e a interpretação ambiental. No entanto, muitas vezes, o termo “ecoturismo” é utilizado apenas como uma designação de segmento por parte dos turistas convencionais que praticam o turismo de massa em áreas naturais, ou como apelo comercial por parte dos empresários do setor que, para aumentar lucros, usam os recursos naturais de forma indiscriminada. Em razão do crescimento da atividade turística, as unidades de conservação têm ficado mais expostas a essas ações e aos impactos decorrentes da urbanização em suas áreas de entorno, e, ainda, à presença em massa de visitantes nem sempre sensíveis aos objetivos e à importância destas áreas (OMT, 2003).

Como muitas vezes a noção de “visitantes” está muito distante do conceito de ecoturismo, a proposta deste trabalho foi, justamente, estudar as características do uso público no Parque Estadual da Ilha do Mel e colaborar com informações para a gestão dessa unidade de conservação. Procurou-se identificar, inclusive, se o perfil dos visitantes pode ou não ser relacionado às práticas de ecoturismo.

No caso específico das unidades de conservação, como os parques nacionais e estaduais, as questões relacionadas ao desenvolvimento de atividades turísticas convencionais são mais restritivas. Essas unidades sofrem mais com a interferência da demanda turística em função do aumento da popularidade do ecoturismo.

Freqüentemente, o turismo em áreas naturais é desenvolvido com o rótulo de ecoturismo, até em unidades de conservação mais restritivas. A utilização do termo está muito mais ligada ao forte apelo comercial que esse segmento pode trazer aos turistas. Por outro lado, é importante salientar que o ecoturismo usa os recursos naturais de forma indireta e que pode ser uma forma de contribuir com a conservação

do ambiente, estimulando o uso de seus espaços de forma consciente e responsável (KINKER, 2002). Infelizmente, isso pode não acontecer na prática, pois o ecoturismo vem sendo adotado muito mais como segmento de mercado, ou como um modismo de consumo da natureza, voltando-se à questão do apelo comercial.

Segundo Costa (2002), os parques são considerados as áreas mais atrativas para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo. No entanto, o uso público dessas unidades de conservação, a partir de seus objetivos básicos, está sujeito às normas estabelecidas no plano de manejo.

A entrada de visitantes nas unidades de conservação pode favorecer a administração dessas áreas, pois estes podem ser aliados na conservação dos recursos naturais (NIEFER, 2002). Por essa razão, é indispensável que os responsáveis pelo planejamento e pela gestão do Parque Estadual da Ilha do Mel tenham conhecimento das características dos seus visitantes e das atividades praticadas por eles. Tal conhecimento permite o desenvolvimento de estratégias capazes de melhorar o nível da experiência do visitante (NIEFER, 2002).

O Parque Estadual da Ilha do Mel foi criado oficialmente em 22 de março de 2002, por meio do Decreto Estadual n.º 6.195. Segundo informações do Instituto Ambiental do Paraná (2004), a área total do parque é de 337,84 ha, abrangendo a porção sul da Ilha do Mel. Segundo a SEMA/IAP³ (2004), o objetivo da criação do parque foi a proteção das espécies ameaçadas de extinção, mas também são preocupações do Instituto Ambiental do Paraná e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos a proteção tanto dos mananciais de abastecimento da ilha quanto dos sítios históricos e arqueológicos e ainda a proteção da Floresta Atlântica e seus atrativos.

Os principais problemas relacionados ao uso público na Ilha do Mel são a falta de programas para o ordenamento do turismo, a própria indefinição quanto à vocação turística da Ilha do Mel, a falta de infra-estrutura para os visitantes e a sazonalidade do turismo⁴. Dessa forma, o uso público e suas relações com os objetivos da gestão do Parque Estadual da Ilha do Mel são os temas principais desta pesquisa.

³ Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos/Instituto Ambiental do Paraná.

⁴ Segundo informação verbal, obtida em junho de 2005 junto ao Conselho de Desenvolvimento do Litoral Paranaense, órgão ligado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

A partir da definição dos objetivos esperados para o Peim⁵, verificou-se a existência de conflitos relacionados ao uso público. A partir da análise do perfil dos visitantes, das características de sua visita e da sua motivação em visitar o parque, foi possível compreender melhor os conflitos existentes no parque e nas áreas de entorno.

O Peim encontra-se relativamente próximo à cidade de Curitiba, sendo vizinho de municípios do litoral com intenso fluxo de turistas, o que contribui para o grande movimento de visitantes. Além de as visitas ocorrerem de forma espontânea, desde muito antes da criação do parque, muitos empresários do setor turístico utilizam seus atrativos e recursos naturais para atrair mais turistas e aumentar sua arrecadação. Portanto, apesar de as características específicas da categoria parque permitirem a visita, atualmente o desenvolvimento de atividades turísticas acontecem sem planejamento.

A crescente busca das populações urbanas por ambientes naturais contribui ainda mais com o aumento do número de visitantes no Peim, em particular nos fins de semana, feriados e nas férias de verão. Porém, esse aumento no volume de visitantes traz prejuízos às características naturais do parque, em especial nos locais de maior atratividade. Com o passar do tempo, o desgaste contínuo dessas áreas pode até mesmo comprometer a qualidade das experiências dos futuros visitantes.

Por essa razão, esta pesquisa utilizou o processo Vamp (*Visitor Activity Management Process*)⁶ como referência para o seu desenvolvimento, buscando identificar e propor formas de minimizar os impactos atualmente gerados pela visita desordenada no Peim.

Processo de gerenciamento das atividades dos visitantes – Vamp (*Visitor Activity Management Process*)

O método Vamp foi desenvolvido pelo *Parks Canada* para ser utilizado conjuntamente com o Processo de Manejo dos Recursos Naturais (*Natural Resources Management Process*), de acordo com o Sistema de Planejamento e Manejo de Parques do Canadá (EAGLES *et al.*, 2002). Diferentemente de outros métodos que têm foco na administração dos recursos naturais, o processo Vamp se concentra no usuário dos recursos, analisando suas experiências e as atividades desenvolvidas na unidade de conservação (WEARING; NEIL, 2001).

⁵ Parque Estadual da Ilha do Mel.

⁶ Processo de gerenciamento das atividades dos visitantes.

De acordo com Eagles et al. (2002), o processo Vamp é baseado em uma hierarquia de decisões dentro de um plano de manejo. Tais decisões de manejo estão relacionadas à criação e à seleção de oportunidades para os visitantes desenvolverem suas experiências e atividades no ambiente natural do parque, por meio de atividades recreacionais e educacionais apropriadas.

Segundo Eagles et al. (2002), para o desenvolvimento adequado do processo Vamp, é necessária a consideração dos seguintes fatores:

- O perfil da atividade dos visitantes.
- O seu tipo.
- Qual a qualidade e diversidade dos recursos do local.
- Qual o tipo de experiência que o visitante procura.
- Os serviços e facilidades necessárias durante a visita.
- O perfil do público interno e externo.
- A apresentação do tema de interpretação.
- Legislação, políticas, direções administrativas e planos existentes.
- Serviços e facilidades oferecidas.
- Serviços regionais oferecidos.
- Satisfação com os serviços oferecidos.

Para o desenvolvimento do processo Vamp em uma unidade de conservação, o plano é dividido em sete etapas (NILSEN e TAYLER, 1997; EAGLES et al., 2002):

- 1) Produção de um projeto de termos de referência.
- 2) Confirmação do propósito do parque e de seus objetivos.
- 3) Organização de um banco de dados sobre o ecossistema do parque, as oportunidades recreativas e educacionais para os visitantes potenciais e os serviços e atividades dos visitantes atuais.
- 4) Análise da situação atual para identificar as condições dos recursos, as atividades adequadas, o papel do parque em um contexto regional e a participação do setor privado.

- 5) Produção alternativa de conceitos de atividades para os visitantes, de experiências, de segmentos de mercado de visitação.
- 6) Criação de um plano de manejo para o parque.
- 7) Implantação.

A utilização do processo Vamp possibilita a análise das relações do usuário e dos recursos, ao contrário de outras metodologias que priorizam a avaliação da administração dos recursos (WEARING e NEIL, 2001).

Por essa razão, o Vamp será utilizado como referência para a caracterização das condições atuais dos recursos naturais e as condições de uso público do Parque Estadual da Ilha do Mel, apesar da limitação da utilização desse processo em unidades de conservação no Brasil, pois, conforme destaca McArthur (2000), a utilização do Vamp ficou limitada aos parques no Canadá, com algumas poucas experiências fora de seu país de origem.

O manejo das atividades de visitantes é, segundo Niefer (2002), um processo mais flexível na tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento de serviços e operações das Unidades de Conservação. Por essa razão, a elaboração de programas voltados à visitação precisa levar em consideração, além dos objetivos dos parques, as características dos recursos naturais e do público. O processo Vamp pode obter informações sobre as relações de quem visita uma unidade de conservação, quais são suas motivações, quais as atividades desenvolvidas e suas necessidades.

Adaptação do processo Vamp no Peim

Como o processo Vamp foi adaptado, das sete etapas originais somente quatro foram utilizadas no desenvolvimento desta pesquisa, sendo elas:

- Confirmar os propósitos do parque e os objetivos existentes.
- Organizar um banco de dados descrevendo os ecossistemas, oportunidades de recreação e de educação, serviços e atividades dos visitantes e o contexto regional.

- Analisar a situação atual para identificar a capacidade dos recursos, sua adequação com as atividades desenvolvidas, as atividades apropriadas para os visitantes, o papel do parque na região e o papel do setor privado.
- Produzir conceitos de atividades alternativas para os visitantes, de experiências de visitação, de segmentos de mercado de visitação e do papel do setor privado na região.

A adaptação do processo Vamp proposta na metodologia aplicada ao Peim procurou analisar de que maneira ocorre o uso público turístico no parque. Para isso, buscou-se, o levantamento de informações sobre as principais características dos visitantes, como origem, faixa etária e grau de escolaridade, entre outros. Isso relacionado a suas preferências por atividades e atrativos, além do seu grau de expectativa e satisfação em relação   última visita.

Com tais informações disponíveis, para a completa aplicação desta adaptação foi realizado o levantamento por meio de um inventário e posterior diagnóstico, contendo a descrição da infra-estrutura, dos equipamentos destinados à visitação, como também dos serviç os de apoio disponíveis para o desenvolvimento das atividades de visitação.

Seguindo as etapas de adaptação, a análise dos resultados obtidos na pesquisa de campo pôde relacionar o perfil dos visitantes do Peim com sua motivação, além de relacionar esses aspectos com as atividades desenvolvidas e suas expectativas com relação à visita.

A seguir, serão apresentados os resultados a partir da aplicação do processo Vamp, já considerando as adaptações sugeridas.

Confirmação dos propósitos do Peim e objetivos existentes

As pesquisas bibliográfica e documental realizadas neste trabalho permitiram conhecer o processo de ocupação turística da Ilha do Mel e a real motivação para a criação da Esta o Ecológica da Ilha do Mel na década de 1980, quando já se fazia menção à criação de mais uma unidade de conservação na parte sul da ilha, até a efetivação do

decreto que deu origem ao Peim. Constatou-se que o parque não possui programa de uso público específico, assim como um plano de manejo. Dessa forma, após a coleta de dados na pesquisa de campo, a comparação entre as condições atuais de uso com os objetivos do programa de uso público do Peim não foi possível. Foi considerada uma situação ideal a partir dos objetivos estabelecidos no Snuc.

Características e oportunidades de uso público no Peim

A pesquisa bibliográfica permitiu também conhecer os recursos naturais disponíveis no Peim, considerando os elementos de fauna, flora, geomorfologia e paisagem. Durante a pesquisa de campo, foi constatado que esses elementos são fatores de motivação para a visita à unidade de conservação, apesar da pouca infra-estrutura destinada aos visitantes. A existência de serviços de apoio e da infra-estrutura disponibilizados pelo órgão gestor para os visitantes resume-se aos meses de verão, em especial aos meses de dezembro e janeiro.

Com relação às oportunidades para os visitantes, o Peim possui, apesar da pequena área, certa variedade de oportunidades de recreação, além das atividades relacionadas ao banho de mar, principalmente relacionadas aos esportes em contato com a natureza, como a caminhada, o vôo livre, o surfe, entre outras. Apesar de não haver organização para tais atividades, elas acontecem mesmo sem a infra-estrutura necessária, como sinalização das áreas de risco para prática de esportes no mar, sinalização de trilhas e áreas de risco para caminhadas — a exemplo da travessia entre a Praia do Miguel e a Praia Grande, e a falta de uma trilha delimitada para acesso ao Morro Bento Alves para a prática do vôo livre.

O Peim ainda oferece recursos naturais para o desenvolvimento de práticas ligadas à educação e à interpretação ambiental, por meio da implantação de trilhas interpretativas, do incentivo a atividades de observação da fauna e flora ou da simples contemplação da paisagem.

Apesar das oportunidades existentes, as atividades resumem-se ao banho de mar e a atividades relacionadas, com poucas exceções constatadas no local. Com relação aos

serviços existentes no interior do Peim, além da praça de alimentação, as demais atividades encontradas basicamente eram de caráter informal, realizadas por intermédio do comércio de mercadorias em alguns pontos do parque, pelos próprios moradores da Ilha do Mel.

Situação atual do uso público no Peim

Analisando a situação atual do Peim, com relação aos recursos disponíveis para a realização das atividades de visitação, foi possível identificar se as condições de uso público atual estão adequadas à capacidade do parque, como também verificar se as atividades praticadas são adequadas aos visitantes.

As atividades praticadas atualmente no parque basicamente não oferecem grandes riscos o meio físico, pois em sua maioria são banhistas que frequentam as praias no entorno do Peim. No entanto, o volume dessas atividades em relação à fragilidade do ambiente natural, assim como a distribuição dos visitantes pelo parque, podem ser considerados responsáveis pelos problemas encontrados na unidade de conservação. Destes, podem ser citados o acúmulo de lixo em trilhas e praias durante a temporada e feriados, a depredação de placas de sinalização, o desgaste da vegetação em trilhas alternativas e os sinais de erosão nas encostas. O desgaste e o alargamento das trilhas e encostas, em parte, é resultado mais da falta de distribuição de visitantes no parque do que do volume total na área da unidade de conservação.

Durante toda a pesquisa de campo, somente no feriado de carnaval, em fevereiro de 2006, o número máximo de visitantes foi ultrapassado. Isso pôde ser observado pela contínua chegada de embarcações vindas do terminal de Pontal do Sul, mesmo com a sinalização do número 5000 visitantes/dia já haver sido alcançada.

Com o propósito de minimizar os impactos relacionados à visitação, as atividades de caráter educativo e a informação prévia sobre as limitações de uso público da unidade de conservação devem estar disponíveis a todos, não somente aos eventuais visitantes que consultam os postos de informações. Além, é claro, de tornar efetivo o controle do acesso de visitantes, inclusive na chegada de embarcações fretadas e particulares.

Propostas para adequação do uso público no Peim

Este item pretende apresentar alternativas para os visitantes, em particular relacionadas às atividades desenvolvidas, aos segmentos de mercado de visitação e ao papel do setor privado na região.

Nesta etapa, a adaptação do processo Vamp apresenta propostas para adequação dos recursos do Peim às necessidades dos visitantes, como também a adequação das atividades de visitação aos objetivos do parque.

O planejamento e a gestão dos visitantes do Peim devem atender aos objetivos propostos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação para a categoria parques. Dessa forma, todas as atividades e oportunidades de recreação, educação e interpretação ambiental propostas pelos gestores do parque vão contribuir para a redução dos conflitos existentes atualmente em decorrência do uso público desorganizado. Não basta limitar o acesso de visitantes, mas é preciso oferecer opções de atividades que permitam uma melhor distribuição desses visitantes nas áreas de entorno e no interior da própria unidade de conservação.

A visitação no Peim deve ser considerada essencial para aproximar os visitantes da unidade de conservação, como forma de sensibilizá-los da importância da conservação da natureza. No entanto, é importante destacar que a visitação ao parque deve ser promovida de forma a dar condições de acesso a todos os segmentos da sociedade, independentemente de faixa etária, gênero ou grau de escolaridade. Nota-se que, nesse sentido, no Peim, pelas suas características geomorfológicas, como também pela ausência de trilhas adaptadas, alguns potenciais visitantes podem ser excluídos pela falta de condições de acesso ao parque, como os portadores de necessidades especiais, idosos com dificuldade de locomoção e, eventualmente, crianças.

Todas as atividades praticadas no Peim devem estar descritas no programa de uso público da unidade de conservação, considerando, para qualquer atividade permitida no parque, que o gestor deva prover o mínimo de infra-estrutura para o seu desenvolvimento, como sinalização e acessos delimitados. Da mesma maneira, devem estar previstas normas de segurança necessárias para a prática de qualquer atividade.

A visitação é uma alternativa de uso sustentável dos recursos naturais e culturais do Peim, sendo que, se desenvolvida de maneira planejada, com diferentes oportunidades de atividades recreativas e de interpretação ambiental, certamente promoverá uma experiência de melhor qualidade aos visitantes.

Para isso, a gestão de visitantes deve buscar manter a qualidade dos serviços oferecidos pelo parque e promover o mesmo junto as comunidade do entorno, as quais prestam serviços aos visitantes, por meio de capacitação, orientação e fomento de projetos solidários aos objetivos da unidade de conservação.

O Peim, para prover experiências de qualidade, que satisfaçam às expectativas de seus visitantes, deve oferecer uma variedade de atividades e oportunidades de recreação, com segurança e que possam satisfazer também à necessidade de conhecimento e aprendizado.

O parque atualmente recebe uma variedade de segmentos de visitantes, mas o planejamento e a gestão devem considerar que também são variadas as formas de organização da visita, como os grupos espontâneos, organizados, de caráter comercial e individual.

Planejamento e gestão de visitantes

Deve ser estabelecido o zoneamento do Peim, para que, a partir dele, sejam determinadas as áreas destinadas ao uso público e as atividades permitidas em cada uma delas. Isso garante ao gestor da unidade de conservação que as atividades realizadas são condizentes com os objetivos estabelecidos pelo manejo de visitantes.

Do mesmo modo, o gestor deve implementar ações que assegurem alternativas de atividades no Peim, pois assim será possível estabelecer, além da recreação espontânea, que já acontece principalmente nas praias do entorno, atividades relacionadas à educação e à interpretação ambiental.

A organização das atividades desenvolvidas no parque estadual por meio do programa de uso público — além do estabelecimento do zoneamento — pode minimizar os impactos causados ao ambiente físico.

Para isso, é necessário estabelecer um sistema permanente de registro de visitantes, preferencialmente na chegada à Ilha do Mel, determinando os pontos de acesso

em Nova Brasília, Fortaleza e Encantadas como locais para cadastro de visitantes. Esse sistema permitirá manter as informações atualizadas quanto à natureza da visita, ao perfil dos visitantes e ao tempo de permanência no Peim e nas áreas de entorno. O sistema também pode ser um canal de comunicação entre o gestor da unidade de conservação e os visitantes, identificando a opinião destes quanto à satisfação em relação às oportunidades de visitação e aos serviços oferecidos no parque.

O programa de uso público do Peim deve estabelecer as regras para a visitação de acordo com os objetivos desta categoria de unidade de conservação. Essa aplicação deve estar fundamentada na comunicação prévia aos visitantes.

O gestor da unidade de conservação deve estabelecer indicadores que estejam vinculados à satisfação dos visitantes, como quantidade de pessoas em um mesmo local, encontro entre grupos, grau de conservação do ambiente, poluição sonora, segurança, conflitos entre usos e diferentes usuários e o número de infrações registradas. Isso pode, de certa maneira, estabelecer critérios e parâmetros de comparação, permitindo melhor análise dos efeitos causados pelo uso público no Peim.

Infra-estrutura de visitação

Para o controle de acesso dos visitantes, os atuais postos de informações existentes na Ilha do Mel atendem às necessidades. No entanto, necessitam de reformas e de melhorias quanto à sua identificação visual, pois muitos dos visitantes entrevistados declararam não os haver utilizado por não saber sua localização. O acesso de visitantes continuaria sendo feito em Pontal do Sul, no atual terminal de passageiros, assim como deve ser estendido ao terminal de embarque em Paranaguá, evitando, por exemplo, o embarque de visitantes com animais domésticos. No entanto, para garantir com segurança a capacidade máxima de 5000 visitantes/dia, o controle nos pontos de desembarque é a única forma de contabilizar os visitantes vindos de outras embarcações.

Ainda com relação ao acesso de visitantes, é necessária a intervenção nos trapiches de Nova Brasília e Encantadas. No primeiro caso, o trapiche deve ser construído de forma a não interferir na paisagem, como ocorre atualmente, já que nas condições em

que se encontra não oferece possibilidade de reforma de sua estrutura. Um trapiche flutuante, além de oferecer uma solução mais rápida e de menor custo para implantação, interfere de forma menos agressiva na paisagem local. Já em Encantadas, o atual trapiche atende às necessidades dos visitantes, embora seja um indicador de detração na qualidade visual da paisagem pelo aspecto intrusivo.

Os limites do Peim devem ser estabelecidos de maneira que os visitantes possam notar que estão entrando em uma unidade de conservação e que, dessa forma, estão em um ambiente sujeito a regras e padrões de comportamento distintos de outros ambientes. A construção de um portal de acesso, identificando a entrada da unidade de conservação, além de placas indicativas sobre as principais regras de conduta no interior de um parque, passaria uma impressão de controle aos visitantes.

Nas áreas internas do Peim, é necessário o estabelecimento de infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de atividades de visitação. No caso das trilhas já existentes, é necessária uma intervenção que possa minimizar a compactação do solo e o alargamento das trilhas. Uma alternativa seria a construção de trilhas suspensas nos pontos mais suscetíveis à erosão e a demarcação dos limites laterais das trilhas, evitando a abertura de trilhas alternativas pelos visitantes que buscam atalhos e acessos aos pontos mais isolados do parque.

Na trilha de ligação entre os lados norte e sul do Peim, uma das mais utilizadas pelos visitantes, pois liga todas as praias do lado do mar de fora, poderiam ser implantados elementos de interpretação ambiental, destacando os aspectos mais importantes da fauna e da flora do parque dos elementos geomorfológicos e da paisagem em geral.

Dos equipamentos necessários para a realização das visitas ao parque, considerando que boa parte das atividades podem ser realizadas ali com um mínimo de equipamento, a maior necessidade de investimentos está concentrada na recuperação das trilhas degradadas, das passagens pelo Morro do Miguel e demais morros próximos à Gruta de Encantadas, que já apresentam sinais de erosão.

Além dos elementos já mencionados, a sinalização necessita de uma reformulação, já que existem diferentes padrões dentro do próprio parque e há ausência de placas em vários pontos, conforme foi notado durante a pesquisa de campo.

Há também a necessidade de implantação de lixeiras, mas é importante que estas estejam ao alcance dos visitantes, não só nas trilhas como também nas praias. Foi possível perceber que o lixo deixado nas poucas lixeiras encontradas nem sempre é retirado com frequência.

A passarela de acesso à Gruta de Encantadas necessita de reparos, pois apresenta sinais de vandalismo e deterioração em seus componentes, além dos reparos necessários no calçamento que antecede o acesso pela passarela.

No caso da praça de alimentação em Encantadas, além dos reparos necessários, seria interessante que houvesse uma reformulação que permitisse uma maior integração com a paisagem local.

Para finalizar este item, a construção de um centro de visitantes na Ilha do Mel poderia atender às necessidades tanto do Peim quanto da EEIM; no entanto, sua localização deve ser estudada em razão dos diferentes pontos de acesso à Ilha do Mel. O local a ser escolhido deve possibilitar que todos os visitantes tenham acesso ao centro de visitantes e que possam, antes do início da visita, receber as informações necessárias.

Uma alternativa nesse sentido seria a construção de um centro de visitantes no próprio continente, de modo que o visitante obrigatoriamente fosse recebido pelo centro antes do embarque para a Ilha do Mel. Nesse caso, deve ser considerado que o embarque é realizado também em dois pontos distintos, Paranaguá e Pontal do Sul, e os atuais postos de informações serviriam como pontos de apoio avançados.

Oportunidades de uso público

O Peim deve, com seu programa de uso público, estabelecer oportunidades e condições para que os visitantes reconheçam a importância do parque como uma unidade de conservação, da cultura e história da comunidade local e dos aspectos naturais da Ilha do Mel.

Por meio de atividades sugeridas e organizadas pelos gestores da unidade de conservação, poderiam ser atendidos, durante os períodos de maior volume de visitantes, grupos organizados, famílias, escolas, crianças e adultos em oficinas de educação ambiental, cursos de fotografia da natureza, atividades de observação de fauna e flora, caminhadas orientadas, manifestações culturais da região, oficinas sobre temas diversos ligados à conservação, cursos e *workshops* para grupos de estudantes e pesquisadores.

Considerações finais

De acordo com informações obtidas durante esta pesquisa, apesar da ausência de um plano de manejo, as condições de uso público no Parque Estadual da Ilha do Mel foram comparadas com uma situação ideal, a partir dos objetivos básicos, constantes no artigo 11 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Ou seja, a preservação dos ecossistemas naturais e da paisagem, como também as oportunidades para as atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e ecoturismo.

Analisando o planejamento e a gestão de visitantes no parque foi possível perceber que existe uma presença mais atuante do órgão gestor durante os meses da temporada de verão, embora não seja a ideal. Ainda que os postos do IAP fiquem nas proximidades dos trapiches de Encantadas e de Brasília, apenas na Praia do Mar de Fora de Encantadas foram encontrados salva-vidas. Nesse período, funcionários do Instituto Ambiental do Paraná, voluntários, policiais florestais, salva-vidas e guardas municipais de Paranaguá podiam ser encontrados em grande número. A partir de março de 2006, houve uma redução de pessoal. Nenhum servidor público foi encontrado na ilha, e em especial no Peim, durante a pesquisa de campo, com exceção de um menor contingente de policiais florestais na região da comunidade de Encantadas.

Após a análise dos resultados da pesquisa de campo, foi possível constatar que, apesar da maior parte dos visitantes considerar satisfeitas as expectativas no Peim, fica claro que os parâmetros de satisfação estabelecidos pelos visitantes não estão de acordo com os objetivos de manejo propostos pelo SNUC. Na verdade, apesar de satisfeitos, os visitantes, em sua maioria, demonstraram não conhecer os verdadeiros objetivos do parque. Poucos foram os que mostraram uma maior percepção quanto à utilização inadequada dos recursos naturais da unidade de conservação.

O aspecto que mais chamou a atenção dos visitantes está relacionado à falta de saneamento básico adequado, possivelmente por ser um dos problemas mais evidentes. No entanto, o desgaste da vegetação, o impacto visual causado na paisagem pelo uso excessivo das trilhas principais e a abertura de trilhas alternativas nos morros mais próximos do mar não chamaram a atenção dos visitantes entrevistados.

Os elementos de infra-estrutura influenciaram a percepção de alguns visitantes durante as entrevistas. Destes, a sinalização foi um dos itens com pior avaliação por

parte dos visitantes, o que de fato corresponde à realidade, pois em muitos pontos a sinalização necessita de reparos ou de implantação.

Não foi citada a necessidade de um centro de visitantes, assim como de outros equipamentos necessários à gestão dos visitantes na unidade de conservação.

Com relação a conflitos existentes no parque, decorrentes do uso público, houve apenas uma menção sobre preocupações com a possibilidade de a Praia Grande se transformar negativamente, da mesma forma que ocorreu com a região de Encantadas, pelo grande número de visitantes. Realmente, existe uma concentração maior de visitantes no lado sul do Peim, o que certamente contribui para o maior registro de situações conflitantes entre o uso público e os recursos naturais.

Entre diferentes grupos de visitantes, ao longo do período da coleta de dados, não foram registradas observações que apontem a existência de conflitos em razão de diferentes formas de uso público. Isso se explica facilmente, não só pela grande semelhança entre os visitantes quanto à origem, faixa etária e grau de escolaridade, mas, principalmente, em função de suas motivações e percepções.

No entanto, alguns visitantes entrevistados pontuaram situações que indicam existir conflitos de ordem social nas áreas de entorno do parque, em especial entre turistas e veranistas com moradores descendentes dos primeiros habitantes da ilha.

A partir da análise do perfil dos visitantes e da semelhança das características de visitação, assim como da percepção em relação ao estado de conservação dos recursos, da quantidade de visitantes, dos problemas e sugestões, foi possível perceber que o turismo na Ilha do Mel e a visitação no Peim constituem situações distintas.

A motivação dos entrevistados está relacionada ao lazer e ao descanso, entre outras apontadas na pesquisa de campo, mas se pode afirmar, pelas características da visita, que seu comportamento não difere dos turistas convencionais, até no que diz respeito ao relacionamento com os habitantes locais. O Peim, como unidade de conservação, não é o agente motivador do fluxo de visitantes, mas os atrativos localizados em seu interior e nas praias da área de entorno.

Essas observações comprovam que, pelo perfil dos visitantes encontrados no Peim, o real interesse são os recursos naturais da Ilha do Mel, mas os visitantes desconhecem a função do parque e possivelmente até a sua existência. Dessa forma, a hipótese cen-

tral desta pesquisa pode ser comprovada, pois, com exceção de poucos entrevistados, a maioria dos visitantes configura um tipo de uso público conflitante com os objetivos do SNUC para o parque. Alguns visitantes mencionaram as atividades praticadas durante seu tempo de permanência no parque, mas, apesar das semelhanças com atividades praticadas entre os ecoturistas, nem todos poderiam ser classificados dessa maneira. Isso ocorre porque, apesar da prática da caminhada, fotografia e contemplação da paisagem, existe uma falta de percepção com relação ao uso conflitante, aos impactos produzidos pela visitação e à ausência de atividades ecoturísticas com a educação e a interpretação ambiental. Por outro lado, pelo mesmo perfil apresentado nos resultados da pesquisa, pode-se afirmar que, apesar desta falta de percepção, existe a possibilidade de reversão do quadro, pois, mesmo com características de turistas convencionais, ainda existe o fator “natureza intocada” como um dos motivadores da visita.

De fato, a visitação é a principal atividade responsável pelos impactos biofísicos existentes na área interna do Peim, o que fica mais evidente no desgaste da vegetação, pelo alargamento das trilhas e pelos sinais de erosão em diversos morros. Mas, por outro lado, é necessário destacar que esse efeito é causado muito mais pelo excesso de visitantes do que propriamente pelo seu comportamento inadequado. Poucos foram os casos observados em que o comportamento do visitante pôde ser considerado inadequado.

Nos postos de informações são distribuídos, na temporada, folhetos informativos sobre a Ilha do Mel e quais são as atividades permitidas no parque e na estação ecológica, além de informações com relação às trilhas e distâncias entre os diferentes pontos da ilha. No entanto, somente os visitantes que utilizam os postos de informações têm acesso ao material informativo. Dessa maneira, fica evidente que nem todos os visitantes são informados das condutas adequadas a uma visita em uma unidade de conservação como meio de minimizar os impactos causados pelo uso público. Nesse sentido, a distribuição de material informativo poderia ser feita juntamente com a venda de bilhetes em Pontal do Sul, utilizando o próprio posto de informações turísticas existente no terminal de passageiros.

A maior parte dos visitantes, pelas características das atividades de recreação praticadas no Peim, pode ser considerado turista convencional; ou seja, turistas com o mesmo perfil dos demais encontrados em qualquer outro balneário do litoral do

Paraná, uma vez que estes procuram as praias do entorno do parque como local de lazer. Dentre esses, foram coletadas sugestões durante a pesquisa de campo, que destacavam a importância de investimentos em infra-estrutura, como iluminação nas trilhas e praias, incremento do comércio nas praias, entre outros. Pode-se dizer que esse grupo reúne os visitantes menos sensíveis aos objetivos propostos no SNUC para a categoria do Peim, talvez mais por desconhecimento do que por desacordo com a necessidade de preservação.

O desenvolvimento do turismo na Ilha do Mel é o principal responsável pelo fluxo de visitantes no Peim. No entanto, é necessário repensar qual o tipo de uso público que se espera para o parque e suas áreas de entorno. O modelo convencional de turismo de massa, agressivo ao meio ambiente, que isola a comunidade local e resume as relações entre indivíduos apenas em prestação de serviço, já provou não ser o ideal para o “desenvolvimento da ilha” e não atende aos objetivos de conservação da natureza.

Pensar em uso público para o Peim é repensar o tipo de turismo desejado para toda a Ilha do Mel, é propor novas alternativas que envolvam a participação de visitantes, gestores e comunidade no processo.

O turismo em si é responsável tanto pelo desenvolvimento econômico das comunidades do entorno do parque, quanto pelos impactos negativos encontrados no interior da unidade de conservação. O principal atrativo da Ilha do Mel é ao mesmo tempo o principal alvo da ocupação humana.

O Peim sofre pressão pela ocupação em todos os seus limites. Como se ainda não bastasse, a ausência de um plano de manejo, de objetivos claros de uso público e de investimentos em infra-estrutura deixam a unidade de conservação à mercê de sua própria sorte.

Infelizmente, o Peim é uma unidade de conservação onde, atualmente, os visitantes fazem o que querem, sem respeitar as limitações do parque. Na verdade, apesar de usar o termo “visitante”, foram encontrados mais turistas sem compromisso com a conservação do que visitantes interessados na unidade de conservação.

Definitivamente, apesar do potencial encontrado no parque, não é possível afirmar que existam ecoturistas entre seus freqüentadores, mas, sim, turistas interessados em paisagens naturais.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de que a falta de vocação definida para a Ilha do Mel como destino turístico afeta diretamente os objetivos das unidades de conservação perante os diversos interesses em questão. O Peim sofre com essa divergência de interesses, pois os gestores prezam pela conservação dos recursos, enquanto empresários dos setores ligados ao turismo vêem o parque como um produto a ser comercializado, e os visitantes (turistas), por sua vez, o vêem como um bem a ser consumido.

Uma unidade de conservação com o grande número de visitantes, como o Peim, deveria ser prioridade para seus gestores. Apesar de pequena em extensão, o volume de visitantes expõe os recursos naturais do parque, de forma acelerada, ao desgaste e aos impactos.

Quanto à proposta de utilização do Processo de Gerenciamento das Atividades dos Visitantes — Vamp —, pode-se concluir que a sua utilização como modelo de referência para o planejamento turístico em áreas naturais é positiva, considerando as possibilidades que o processo permite com a análise das relações entre usuários e recursos.

De acordo com a proposta inicial desta pesquisa, o Processo de Gerenciamento das Atividades dos Visitantes — Vamp — foi utilizado como modelo de referência para caracterizar o uso público no Peim. Considerando que o Vamp possibilita a análise das relações entre usuários e os recursos, foi possível verificar no Peim de que modo se dá o uso público turístico na área do parque, a partir da identificação dos recursos naturais disponíveis e do levantamento do perfil dos visitantes. Com isso foi possível identificar comportamentos capazes de produzir impactos ao meio físico.

Dessa maneira, a análise resultante da adaptação do processo Vamp ao Peim permitiu a apresentação de propostas e sugestões voltadas ao manejo de visitantes, possibilitando, a orientação para futuros trabalhos de pesquisa ou mesmo projetos relacionados ao uso público da unidade de conservação.

Referências

- COSTA, P. *Unidades de conservação: matéria-prima do ecoturismo*. São Paulo: Aleph, 2002.
- EAGLES, P.; MCCOOL, S.; HAYNES, C. *Sustainable tourism in protected areas: guideless for planning and management*. Switzerland and Cambridge, UK: IUCN Gland, 2002.

IAP – Instituto Ambiental do Paraná. Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas – Departamentos de Unidades de Conservação, Sócio-ambiental e de Biodiversidade. *Unidades de conservação do Paraná* – patrimônio de todos, responsabilidade de cada um: folder. Curitiba, 2004.

KINKER, S. *Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais*. Campinas: Papirus, 2002.

MCARTHUR, S. *Visitor management in action: an analysis of the development and implementation of visitor management models at Jenolan Caves and Kangaroo Island*. PhD thesis. Canberra: University of Canberra, 2000.

NIEFER, I. *Análise do perfil de visitantes das Ilhas do Superagüi e do Mel: marketing como instrumento para um turismo sustentável*. Tese (Doutorado em Ciências Florestais)– Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

NILSEN, P.; TAYLER, G. A comparative analysis of protected area: planning and management frameworks. In: MCCOOL, S.; COLE, D. *Proceedings: limits of acceptable change and related planning process and future directions*. Missoula, U.S.: Department of Agriculture, Forest Service, Rocky Mountain Research Station, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. NETZ, S. (Trad.) Porto Alegre: Bookman, 2003.

RUSCHMANN, D. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 2000.

SEMA/IAP. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos/Instituto Ambiental do Paraná. *Plano de manejo da Estação Ecológica da Ilha do Mel*. Curitiba, 1996.

SEMA/IAP. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos/Instituto Ambiental do Paraná. *Plano de controle ambiental e uso do solo da Ilha do Mel*. Curitiba, 2004.

SWARBROOKE, J. *Turismo sustentável*. São Paulo: Aleph, 2000. 4 v.

WEARING, S.; NEIL, J. *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. Barueri: Manole, 2001.

Artigo recebido em 16 de outubro de 2007
Aprovado para publicação em 31 de outubro de 2007

